

Traduções e Desconstruções

Translations and Deconstructions

Débora Soares

Doutoranda no IEL (Instituto de Estudos da Linguagem)
na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Resumo

Esse artigo é resultado do minicurso “Traduções e Desconstruções” que propôs refletir sobre algumas teorias da tradução com o objetivo de melhor compreender as idéias da desconstrução.

Palavras-chave: tradução, desconstrução; Traduções e Desconstruções.

Abstract: This article is the result of the workshop “Translations and Deconstructions” that proposed to reflect about some theories of translation aiming to a better understanding of deconstruction’s ideas.

Key-words: translation; deconstruction; Translations and Deconstructions.

1. Introdução

O objetivo deste minicurso é promover uma reflexão acerca das teorias sobre a tradução, dando especial atenção às propostas que partem de uma perspectiva pós-estruturalista da linguagem. Em um primeiro momento, a tradução será abordada de um ponto de vista “lingüístico”, com o intuito de problematizar algumas questões como a “eterna” dicotomia teoria-prática, sujeito-objeto que contribuíram para criar o mito da impossibilidade da tradução. Essas dicotomias, embora sejam questionáveis, foram importantes para a constituição e para o fortalecimento da ciência lingüística, fundada em base positiva e logocêntrica. No entanto, do ponto de vista da desconstrução, esse “modelo” tradicional tem dificultado a formação dos tradutores e o envolvimento dos aprendizes com a língua. A desconstrução, ao lançar nova luz sobre a tradução, mobiliza parâmetros distintos que permitem dissolver as dicotomias tradicionais, sustentadas por

teorias que eternizam um “saber absoluto” sobre a linguagem, a tradução e o traduzir. Em um segundo momento, trataremos de discutir alguns conceitos fundamentais – como “acontecimento” e *double bind* - inerentes à abordagem desconstrutivista da tradução. Encarar a tradução como um “acontecimento” só faz mobilizar a reflexão sobre as línguas envolvidas no processo tradutório, além de pôr em xeque a idéia normativa que rege boa parte do ensino de tradução no Brasil. Jacques Derrida dizia que era impossível falar sobre tradução em uma língua universal, fora de uma língua natural. A tradução, enquanto uma desconstrução possível – pois não há desconstrução e, sim, desconstruções – problematiza um paradoxo chamado *double bind*. Paradoxo que sinaliza, duplamente, a necessidade e a impossibilidade da tradução. Aprender a conviver com o *double bind* e a suportá-lo é tarefa que exige uma nova visada sobre as dicotomias estáveis que sustentam as teorias totalizantes sobre a linguagem e a tradução. Portanto, falar em “desconstruções” implica falar em “traduções”, as mais variadas.

2. A perspectiva da lingüística tradicional: um breve histórico

O *Curso de Lingüística Geral* de Saussure é publicado em 1916 e estabelece os pressupostos de uma ciência lingüística com base positiva e logocêntrica. A conhecida proposta de Saussure ao dividir a linguagem humana em língua e fala contribui para estabelecer algumas dicotomias como: sujeito – objeto, teoria – prática, língua materna – língua estrangeira que serão problematizadas por pensadores posteriores. Para Saussure, a língua é entendida como a “linguagem menos a fala” e significa o “conjunto dos hábitos lingüísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender” (SAUSSURE, 1972, p. 92). Bakhtin (1929), por sua vez, entende que a linguagem não pode ser o objeto da lingüística, pois considerada “em si mesma, falta-lhe unidade interna e leis independentes, autônomas”. Para ele, não seria possível fazer uma descrição adequada dos fatos da língua porque a “linguagem não pode ser o ponto de partida de uma análise lingüística” (BAKHTIN, 1992, p.85). É importante observar, a partir dessas reflexões iniciais, algumas das preocupações suscitadas durante o período de consolidação da ciência lingüística na primeira metade do século XX. Atente-se para o fato de que a distinção entre linguagem e língua é fundante, está na gênese da lingüística e seria mantida até o surgimento dos pensadores pós-estruturalistas.

Em 1959, Jakobson começa a problematizar as relações entre ciência lingüística e tradução e introduz o conceito de tradução interlingual ou “tradução propriamente dita”. Ainda ancorado na lingüística tradicional, Jakobson afirma que a tradução interlingual

seria a “interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua” (JAKOBSON, 1972, p.65). Retomando a definição de signo de Saussure, temos um conceito (significado) indissociável de uma imagem acústica (significante). Ao definir o signo, Saussure estabelece que a relação entre significado e significante é pura e estável. Em outras palavras: os dois conceitos estão “intimamente ligados e um reclama o outro”, “assimila(ndo) a oposição que os separa” (SAUSSURE, 1972, pp.80-81). Segundo a leitura de Ottoni (2005), é possível pensar em tradução se partirmos dos pressupostos teóricos da lingüística sincrônica. Em termos práticos, entretanto, a tradução seria impossível a partir desses mesmos pressupostos, pois ignoraria as características individuais implicadas no ato tradutório, contrariando a oposição estável entre significante e significado. Quando Ottoni reflete sobre a prática da tradução, está ancorado nas idéias de Jakobson e de Mounin que foram pioneiros no questionamento das dicotomias estáveis (língua-fala, significado-significante) estabelecidas por Saussure.

Jakobson (1959) redimensiona as discussões de Saussure para inserir a tradução no campo dos debates lingüísticos. A novidade que introduz é a valorização da tradução como “objeto de atenção constante da ciência lingüística”. Para Jakobson, “qualquer comparação” entre as línguas suscita, *a priori*, o questionamento sobre a “possibilidade de tradução de uma (língua) para outra”. A relação entre teoria e prática da tradução é complexa, como reconhece, porém, “de quando em quando, fazem-se tentativas de cortar o nó górdio, proclamando o dogma da impossibilidade da tradução” (JAKOBSON, 1972, p.66).

As idéias de Jakobson são levadas adiante por seu contemporâneo Mounin (1963) que insiste na impossibilidade da tradução quando encarada a partir das teses correntes da lingüística estrutural e formal. Diz ele: “se aceitarmos as teses correntes a respeito da estrutura dos léxicos, das morfologias e das sintaxes, seremos levados a afirmar que a tradução deveria ser impossível” (MOUNIN, 1975, p. 19). Ao publicar *Os Problemas Teóricos da Tradução*, livro que é uma espécie de divisor de águas da ciência lingüística, Mounin abre caminho para a reorientação dos debates sobre a linguagem humana. Nele, o autor questiona a possibilidade da tradução a partir dos pressupostos tradicionais e tece uma crítica severa ao caráter estritamente estruturalista e descritivo da ciência lingüística.

Ao discorrer sobre os parâmetros tradicionais da lingüística e sobre a impossibilidade da tradução, Mounin reconhece a distância entre teoria e prática. Apesar da impossibilidade da tradução – se encarada pelo prisma da lingüística estrutural e funcional, - o paradoxo é que “os tradutores existem, eles produzem”. Afinal, pelo menos “desde Schleicher, é possível traduzir porque é possível aprender uma língua estrangeira

e é possível aprender uma língua estrangeira porque foi possível aprender uma língua primeira”. Nesse sentido, Mounin é taxativo ao reconhecer que a “existência da tradução constitui o escândalo da lingüística contemporânea” (MOUNIN, 1975, p.19). É interessante observar como o conflito sinalizado por Mounin em 1963 permanece latente no ensino de tradução no Brasil, após mais de 40 anos. Posto de outra forma: as teorias de tradução de base lingüística ainda predominam nas universidades, fazendo tão-somente eternizar dicotomias - teoria-prática, língua-linguagem, sujeito-objeto, dificultando o envolvimento dos aprendizes com a língua. Ao afirmar que a língua é a fala subtraída da linguagem, Saussure contribuiu para estabelecer a separação entre sujeito e objeto em detrimento de um determinado molde científico positivista. Pelo fato de a lingüística tradicional ter se estruturado dessa forma, isto é, dicotomicamente, ela acaba contribuindo para o aprisionamento e para a domesticação da tradução. Como resume Arrojo (1992), a crença nas dicotomias, especialmente a teoria-prática, na qual se baseia “todo o arcabouço do conhecimento ocidental”, não é isenta de conseqüências. Duas dessas conseqüências mobilizam a atenção da autora:

1. a possibilidade de uma oposição clara e objetiva entre teoria e prática emerge da crença na possibilidade da oposição entre sujeito e objeto, em que o primeiro pretende não apenas descrever e controlar o segundo, mas também não misturar-se com ele. A possibilidade dessa oposição necessariamente anula a subjetividade do sujeito em sua relação com o objeto. 2. Se se estabelece que há uma teoria separada da prática, pressupõe-se também que a prática poderia ser realizada sem uma teoria que a governasse inteiramente, que a motivasse e delineasse seus caminhos (ARROJO, 1992, p. 108).

De alguma forma, ao problematizar, em âmbito brasileiro, os parâmetros da lingüística tradicional, Arrojo faz ecoar as preocupações de Mounin com as dicotomias estáveis. Jakobson e Mounin foram fundamentais ao sinalizar um paradoxo: a impossibilidade e a existência da tradução, ainda que tenham subordinado a tradução à lingüística. A impossibilidade da tradução, enfatizamos, deve ser entendida dentro da perspectiva da lingüística tradicional. A fim de contornar esse mito da impossibilidade, serão necessários novos paradigmas que permitam pensar a tradução fora das amarras da tradição. Como afirma Ottoni, a “lingüística não dá conta da tradução enquanto um acontecimento que emerge do funcionamento da linguagem” (OTTONI, 2005, p.23). Acontecimento é uma palavra-chave, junto com o *double bind*, de uma perspectiva outra: a desconstrução.

3. Um novo olhar para a tradução: a perspectiva da desconstrução

A tradução, entendida a partir da perspectiva da desconstrução, é um verdadeiro acontecimento que convive com o *double bind*. Encarar a tradução como um acontecimento significa mobilizar reflexões sobre as línguas envolvidas no processo tradutório e pôr em xeque quaisquer teorias da tradução. O *double bind*, espécie de duplo vínculo, está associado ao acontecimento e sinaliza um paradoxo: a necessidade e a impossibilidade da tradução. A desconstrução promove o *double bind* que, por sua vez, funda o processo de leitura e de tradução. Isso significa que, para a desconstrução, ambos, leitor e o tradutor têm um papel fundamental, pois participam ativamente da transformação e da produção de significados. O processo de leitura, sempre entendido como tradução, deflagra não só outras línguas (“estrangeiras”), mas também várias línguas dentro da língua (“materna”). Nesse sentido, a tradução/leitura “ensina que há língua” e que “há uma pluralidade de línguas”, marcando a “diferença lingüística inscrita na língua”. Em um mesmo sistema lingüístico, há “várias línguas” e “há impurezas em cada língua” (DERRIDA, 1982, pp. 134-164). A tradução será sempre um acontecimento que permite a contaminação entre as mais variadas línguas, promovendo uma espécie de dupla-tradução que não escapa ao *double bind*. Enfatizamos que o *double bind* é constitutivo e, sem ele, não há tradução possível. Nesse sentido, a necessidade de aprender a conviver com esse paradoxo chamado *double bind* se estabelece como verdadeira “Aufgabe” (tarefa) para a desconstrução. A escolha do termo alemão (“Aufgabe”) para designar tarefa é proposital, pois remete exatamente ao *double bind*, funcionando como exemplo. Entenda-se: a dificuldade da tarefa do tradutor inscreve-se no próprio vocábulo “Aufgabe” que também remete ao verbo “Aufgeben” (renúncia ou abandono). Se a tarefa é uma exigência, também está, *a priori*, marcada pela desistência ou impossibilidade. Ao mesmo tempo, ela se apresenta como um dom (“Gabe”) que se impõe ao leitor/tradutor: “Auf-gabe”. Portanto, a tarefa se oferece ao tradutor que a aceita como um dom, ciente de que é impossível escapar ao *double bind*. O tradutor, portanto, equilibra-se entre um dom e uma dívida, entre um dever possível e necessário e um dev(en)ir impossível.

Entender a tradução, a partir da desconstrução, como acontecimento e *double bind* significa aceitar a possibilidade de encarar a língua, a linguagem e a tradução fora daquelas dicotomias estáveis e tão familiares da lingüística tradicional. Os questionamentos fundamentais suscitados pela desconstrução ultrapassam as barreiras

lingüísticas e exigem um novo olhar para a relação entre as línguas, entendida sempre no cruzamento do parentesco e da pluralidade. O ato tradutório, ao sobrepujar a discussão sobre as línguas, problematiza questões como a responsabilidade do tradutor, implicando em dimensões éticas e políticas.

O que significa traduzir para a desconstrução? Certamente não se trata do transporte de significados estáveis de uma língua para outra. Tampouco a crença de que as línguas são sistemas absolutamente fechados e diferentes entre si. Nessa perspectiva, que é a da lingüística tradicional, o tradutor se comporta de maneira insuficiente em relação à tradução, pois nunca consegue realizar a tarefa, isto é, o transporte de significados, de maneira eficiente. Nesse sentido, o tradutor será sempre encarado como traidor, haja vista a conhecida máxima "*traduttore, traditore*" (tradutor, traidor). Etimologicamente, tradutor (do latim *traductore*) significa aquele que transfere, transporta, conduz além. O sentido etimológico será preservado pela desconstrução, porém o modo de "transportar", bem como o tradutor e a língua, serão vistos de forma diferente. Antes, porém, é preciso entender que, para a desconstrução, não há significados estáveis a serem transportados. O tradutor, ao mobilizar as línguas envolvidas no processo tradutório, interfere e produz significados, operando uma verdadeira transformação entre as línguas de partida e de chegada. Portanto, a desconstrução derruba o mito do significado estável e único, além de tirar a culpa do tradutor que não será mais visto como alguém infiel, traidor dos sentidos do texto traduzido. A produção e a transformação de significados entre as línguas pressupõem que haja uma multiplicidade de significados que devem ser considerados durante a tradução. Ao envolver-se no processo tradutório de forma efetiva, o tradutor será responsável por suas escolhas e participará de um acontecimento que envolve a linguagem, não só a língua. Para Derrida, não há como realizar o transporte de maneira "virgem ou intacta", tanto "de uma língua para outra", como no "interior de uma mesma e única língua":

Dentro dos limites em que é possível, em que pelo menos parece possível, a tradução pratica a diferença entre significado e significante. Mas, se esta diferença nunca é pura, a tradução também não o é, e temos de substituir a noção de tradução por uma noção de transformação: transformação regulada de uma língua por outra, de um texto por outro (DERRIDA, 1975, p.30).

Portanto, com Derrida, a tradução praticará a diferença entre significado e significante e deverá ser entendida na chave da transformação ou da libertação, como quer M. Cohen. Em outras palavras, ao traduzir, o tradutor também se liberta da língua

estrangeira, deixa de ser seu prisioneiro e a transforma em língua materna. Entende-se, a partir daí, que a dicotomia tradicional entre língua materna e língua estrangeira não faz mais sentido. À desconstrução interessa mais entender as semelhanças e as impurezas entre as línguas, o que há de contaminação entre elas no “interior de uma mesma e única língua” do que enfatizar suas diferenças. Nesse sentido, as línguas não serão mais vistas como sistemas fechados e absolutamente diferentes entre si, como quer a lingüística tradicional. Pelo contrário, a tradução movimenta as línguas envolvidas no processo, suscitando um verdadeiro acontecimento que vislumbra certa “promessa” de “reconciliação entre as línguas”:

Uma boa tradução é uma tradução que realiza o performativo que se chama promessa, quer dizer que, através da promessa, vemos anunciar-se uma reconciliação entre as línguas. (...) A promessa de uma tradução é o que nos anuncia o ser-língua da língua: uma boa tradução nos diz simplesmente isto: há língua, é por isso que se pode traduzir e que não se pode traduzir porque há alguma coisa como língua (DERRIDA, 1982, p.62).

O *double bind* se impõe à tradução como necessidade e impossibilidade. Se “há língua” já há *double bind*, o que significa dizer que a tradução, enquanto um processo que deflagra a multiplicidade de línguas, exige um permanente movimento de transformação e recriação. As línguas se misturam, se contaminam, transbordam suas impurezas e põem em xeque a possibilidade de tradução. A questão do nome próprio é interessante nesse sentido. Como traduzir um nome próprio? Será possível? Quando o tradutor opta pela não tradução do nome próprio, ou seja, por sua manutenção na língua original, não está diante de um *double bind* que suscita o reconhecimento de que “há língua”, traduzível e intraduzível? O nome próprio não é a própria encenação do *double bind*? Como diz Derrida:

(...) todo nome próprio é constituído deste desejo: traduza-me e não me traduza. Não me traduza, isto é, respeite-me como nome próprio, respeite minha lei de nome próprio que está acima de todas as línguas e traduza-me, isto é, compreenda-me, conserve-me na língua universal, siga minha lei (DERRIDA, 1982, p.137).

Esta encenação, verdadeiro acontecimento, não anuncia aquela “promessa” de “reconciliação entre as línguas”? A promessa efetiva-se pela convivência das línguas, as mais variadas, na tradução. Nesse sentido, nunca há apagamentos lingüísticos, mas a manutenção das mais variadas línguas, apesar da tradução e por causa dela. Afinal, “um

texto só vive se ele sobre-vive, e só sobre-vive se ele é de uma só vez traduzível e intraduzível”. Um texto “totalmente traduzível, desaparece como texto”. Se for “totalmente intraduzível”, “morre imediatamente” (DERRIDA, 1979, p.102).

4. Desdobramentos da desconstrução no Brasil: Arrojo X Ottoni

Arrojo aproxima a psicanálise da desconstrução com a intenção de demonstrar que a tradução pode ser entendida como uma “forma de estar em análise”. Partindo da concepção freudiana de inconsciente, a autora defende a idéia da existência de um “inconsciente-leitor” que se manifestaria através da relação de transferência mobilizada pela leitura/tradução. Para Arrojo, o “inconsciente-leitor” necessariamente “se mistura com aquilo que lê”. A autora entende que a interpretação do “texto do outro sempre trará algo que precisa ser analisado naquilo que atribuo a esse texto”. E acrescenta: “o que eu leio no texto do outro é, em última análise, algo que quero e preciso dizer”. Nessa perspectiva, sujeito e objeto estão irremediavelmente comprometidos em uma relação transferencial, o que impossibilita que haja separação entre o leitor e o autor, o leitor e o tradutor, a tradução e o original. Nesse sentido, diz Arrojo, “ler ou traduzir um texto é também uma forma de estar em análise” (ARROJO, 1993, pp.159-60).

Já para Ottoni, a tradução deve ser encarada como uma forma de resistência à análise. Ottoni recorre a Bass que discute as relações entre o psicanalista e o tradutor. Para Bass, o analista nunca faz uma tradução pura, pois o inconsciente é um “instrumento de significação” que interfere não só no conteúdo que está sendo traduzido, como também na leitura do próprio analista (BASS, 1985, p. 57). Nesse sentido, a posição de Ottoni diverge da de Arrojo que apostava na mistura, na simbiose entre o texto e o leitor ou tradutor. As reflexões de Ottoni ignoram a simetria analítica proposta por Arrojo e apostam na relação dissimétrica entre, para dizer com Freud, o “superior” e o “subordinado”. Para Ottoni, a tradução não pode ser uma forma de estar em análise porque, diferentemente da leitura, ela explicita o confronto entre as línguas envolvidas no acontecimento. “A intervenção de uma outra língua na leitura é diferente da intervenção que se dá na tradução e, assim, não posso analisar o que traduzo do mesmo modo que analiso o que leio” (OTTONI, 2005, p. 99). Ottoni acredita que a tradução impõe uma resistência, impossível de ser totalmente analisável, no momento em que se manifestam as línguas envolvidas na tradução. É por isso que, para ele, o tradutor é alguém que está no “meio” das línguas e é inseparável de seu objeto (a língua). “O sujeito, ao traduzir, está “entre” a diferença de dois sistemas lingüísticos e no “meio” das várias línguas que

compõem as línguas envolvidas na tradução” (OTTONI, 2005, p. 99). Nas trilhas de Derrida, Ottoni entende que há algo da ordem do inconsciente que resiste à tradução, isto é, que não pode ser analisado e sofre a imposição do *double bind*. Esse algo, essa espécie de suplemento ou de resto que resiste à análise permanece submerso no indecível. Lapassade também associa a questão da psicanálise a uma teoria da resistência e diz:

A personalidade analisada não é somente o lugar de um segredo, o segredo do inconsciente; ela é agora percebida como um conjunto que visa defender o acesso a esse segredo. Essa defesa, isto é, o recalque e sua tradução, a resistência, é um novo segredo. É um mecanismo inconsciente. A regra fundamental da psicanálise encontra na teoria da resistência seu complemento indispensável e sua verdadeira justificativa. Ao mesmo tempo, a regra fundamental torna-se o instrumento analisador não mais somente de uma investigação clínica, mas ainda de uma dinâmica que se dispõe a tratar o indivíduo, desta vez não mais somente descobrindo o segredo de sua doença, mas atacando o centro dinâmico de seus conflitos (LAPASSADE, 1971, p.40).

A tradução encarada como acontecimento e *double bind* deve levar em conta que, no texto a ser traduzido, sempre haverá um segredo que precisa permanecer secreto para que haja tradução. A tradução transforma o segredo e produz outros, necessários para que o texto exista e resista.

5. Conclusão

Entender a proposta da desconstrução, no que diz respeito à tradução, significa fugir das dicotomias binárias que estabelecem um saber absoluto sobre as línguas, a linguagem e a tradução. A tradução como acontecimento impõe o *double bind* como presente, dom, mas também como tarefa e, sobretudo, como responsabilidade. A desconstrução liberta a tradução de aprisionamentos teóricos e “tem lugar de ter lugar”. Além disso, ela é a “prova do impossível”. Como diz Derrida, não há uma desconstrução, assim como não há uma tradução. A desconstrução, diante da dúvida do “talvez possível-impossível”, “fala”, “por vocação”, “mais de uma língua”. “Desde o início, estava claro que ‘desconstruções’ deveria se dizer no plural” (DERRIDA, 2005, p. 167).

Referências Bibliográficas:

- ARROJO, R. (Org.). “A pesquisa em teoria da tradução ou O que pode haver de novo no front”. In: _____. *O Signo Desconstruído. Implicações para a Tradução, a Leitura e o Ensino*. Campinas: Pontes, 1992, pp. 107-112.
- _____. “Tradução e o flagrante da transferência: algumas aventuras textuais com Dom Quixote e Pierre Menard”. In: _____. *Tradução, Desconstrução e Psicanálise*. São Paulo: Imago, 1993, pp. 151-175.
- BAKHTIN, M. (1929). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- BASS, A. “A história de um erro de tradução e o movimento psicanalítico”. Trad. Neuza Vollet. In: OTTONI, P. (Org.). *Tradução – A Prática da Diferença*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1985, pp. 55-90.
- DERRIDA, J. (1972). *Posições*. Trad. Maria Margarida Correia Calvente Barahona. Lisboa: Plátano Editora, 1975.
- _____. “Living on: border lines”. In: HARTMAN, G. (Org.) *Deconstruction and Criticism*. Nova Iorque: The Seabury Press, 1979, pp. 75-176.
- _____. *L'oreille de l'autre*. Montreal: VLB Éditeur, 1982.
- _____. “Fidelidade a mais de um: merecer herdar onde a genealogia falta”. Trad. Paulo Ottoni. In: OTTONI, P. *Tradução Manifesta: Double Bind e Acontecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: EDUSP, 2005, pp. 165-198.
- JAKOBSON, R. (1959). “Aspectos lingüísticos da tradução”. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. In: _____. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1972, pp. 63-72.
- LAPASSADE, G. *L'analyseur et l'analyste*. Paris: Gauthier-Villars Éditeurs, 1971.

MOUNIN, G. (1963). *Os Problemas Teóricos da Tradução*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix: 1975.

OTTONI, P. *Tradução Manifesta: Double Bind e Acontecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: EDUSP, 2005.

SAUSSURE, F. (1916). *Curso de Lingüística Geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1972.